

ANULAÇÃO DE SUJEITOS E INVISIBILIDADE DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO: desafios ao exercício profissional de assistentes sociais e à emancipação humana

Lenise Lima Fernandes¹

RESUMO

Este trabalho aborda a funcionalidade de mecanismos de dominação historicamente (re)articulados para promover a anulação de sujeitos e garantir a sobrevivência do modo de produção capitalista, ainda que às custas de um projeto civilizatório antidemocrático que aprofunda a barbárie. Reconhecendo o exercício profissional de assistentes sociais como historicamente integrado à divisão sociotécnica do trabalho, problematizamos relatos compartilhados no espaço acadêmico sobre aspectos conservadores arraigados nas rotinas institucionais, que naturalizam o controle social e perpetuam padrões excludentes no acesso da classe trabalhadora às políticas públicas. Objetivamos analisar práticas acríticas, recorrentes em distintos espaços sócio-ocupacionais, que refletem o racismo e o patriarcado estruturalmente articulados na sociabilidade burguesa. A complexidade do tema exige estudos mais aprofundados, mas os apontamentos aqui apresentados podem fortalecer perspectivas que superem abordagens imediatistas e individualizadoras das condutas profissionais, estimulando o debate sobre alternativas de ação referenciadas num suporte teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político crítico visando à emancipação humana.

Palavras-chave: invisibilização de sujeitos, exercício profissional, emancipação humana

ABSTRACT

This work addresses the functionality of historically (re)articulated mechanisms of domination to promote the annulment of subjects and ensure the survival of the capitalist mode of production, even at the expense of an anti-democratic civilizing project which deepens barbarism. Recognizing the professional practice of social workers as historically integrated into the sociotechnical division of labor, we problematize reports shared in the academy about conservative aspects rooted in institutional routines, which naturalize social control and perpetuate excluding patterns in working class access to public policies. We aim to analyze recurrent uncritical practices in different socio-occupational spaces, which reflect racism and patriarchy structurally articulated in bourgeois sociability. The complexity of the subject requires further studies, but the notes presented here can strengthen perspectives that overcome immediate and individualizing approaches of professional conduct, stimulating the debate on alternative actions based upon critic theoretical-methodological, technical-operative and ethical-political support aimed to human emancipation.

Keywords: invisibilization of subjects, professional practice, human emancipation

¹ Professora Associada da Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ; leniself3@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Com frequência cada vez maior, as produções teóricas nutridas pela tradição marxista têm buscado compreender as conexões entre dinâmicas antigas e novas nos processos da expansão imperialista do capital e o ressurgimento/fortalecimento de ideários explicitamente sustentados na exacerbação do individualismo, bem como no uso raso e extemporâneo de noções forjadas pelo darwinismo social. Ao passo que o capitalismo está consolidado enquanto relação social historicamente determinada, tais interações permitiram atualizar projetos civilizatórios que naturalizam padrões de comportamento e valores autoritários, banalizando a violência e a barbárie. As forças aí dissipadas têm se organizado para confrontar e corroer princípios diametralmente opostos, que almejam a emancipação humana em bases coletivamente construídas para superar distintas formas de dominação, exclusão e exploração.

Longe de serem abstratas, estas referências nos oferecem sustentação para analisar expressões atuais da questão social que, sem alterar a essência de seus componentes estruturais, adquirem novos contornos na sociedade brasileira e estão presentes nos cotidianos dos meios institucionais e profissionais, dialeticamente implicados nesta dinâmica. Afinal, como sabemos, para garantir seus interesses, a ordem do capital impõe a concepção de mundo burguesa como implacável e cria um aparato institucional/legal que lhe respalda na contenção de manifestações sociais que a ameaçam, quando estas forças resistem e expõem suas incongruências.

Esta perspectiva de totalidade funda nossas reflexões sobre mecanismos de dominação reproduzidos no cotidiano do exercício profissional de assistentes sociais. Neste trabalho, consideramos relevante dar visibilidade a conteúdos abordados em aulas de distintas disciplinas mediante relatos, debates e exposições avaliativas que reportam condutas e protocolos arraigados nas rotinas institucionais, naturalizando o controle social, promovendo a anulação de sujeitos e perpetuando a exclusão de trabalhadoras/es no acesso às políticas públicas. A análise destas práticas, recorrentes em distintos espaços sócio-ocupacionais, indica reflexos do racismo e do patriarcado estruturalmente articulados na sociabilidade burguesa e reafirma a necessidade de superarmos abordagens imediatistas e individualizadoras sobre as condutas profissionais, estimulando a construção de alternativas referenciadas em

suportes teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político crítico que fortaleçam a superação da ordem vigente, em direção à efetiva emancipação humana.

2 A PROFISSÃO NO PROCESSO SOCIOMETABÓLICO DO CAPITAL

Conforme referência conhecida no campo da tradição marxista presente na formação de assistentes sociais, tensionamentos acumulados durante a primeira fase de industrialização (ENGELS, 2010), dinamizada pela Inglaterra nas últimas décadas do século XVIII, marcaram a Europa Ocidental por diversos movimentos revolucionários que, a partir de 1848, tornaram irreversíveis os contínuos processos de exposição sobre os reais limites à afirmação do capitalismo enquanto ordem societária voltada ao progresso ilimitado da humanidade. Na medida em que a defesa falaciosa desta proposta burguesa passou a ser confrontada pela resistência organizada da classe operária, o reconhecimento da ameaça ao *status-quo* – representada na busca pela construção de uma sociedade livre das distintas formas de dominação e exploração que alicerçavam a apropriação privada da riqueza – pôs em evidência a dimensão política da chamada “questão social” (NETTO, 2001).

Segundo Mészáros, o capitalismo tem sobrevivido às crises e insurgências históricas registradas porque existe um processo sociometabólico a ele intrínseco. Apoiado no tripé capital, trabalho e Estado, tal processo institui uma estrutura de controle com capacidade de ajustar a si todas as esferas da vida social, “[...] desde as mais íntimas relações pessoais até os mais complexos processos de tomada de decisões nos consórcios monopólicos industriais [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 16), impondo seus critérios de viabilidade de modo implacável e totalitário.

Nesta dinâmica estão imbricados diversos mecanismos de dominação que, no cotidiano, se materializam de forma ampla e, por vezes, imperceptível. Afinal, como afirma Iasi (2014), não é possível apartar a capacidade de perpetuação de uma ordem societária e as condições que ela mesma cria para se produzir e reproduzir em relações sociais que lhe são inerentes. Neste sentido, concordamos com o autor e ainda o acompanhamos na análise de que, para encobrir suas contradições mais profundas, tecidas na sociabilidade que lhe corresponde no mundo contemporâneo, o capitalismo no século XXI vem aprimorando seus esforços para escamotear as determinações de classe fundantes deste modo de produção, que se fazem presentes

nas expressões da questão social hoje reconfiguradas por novas formas de exploração e acumulação (IASI, 2022).

É com o respaldo dessa linha de raciocínio que estabelecemos as conexões entre trabalho profissional e processo sociometabólico do capital, para nortear as reflexões que compartilhamos a seguir. Como sabemos, ainda nas primeiras décadas da expansão monopolista do capital, o Serviço Social começou a ser delineado como profissão circunscrita à lógica da divisão sociotécnica do trabalho edificada àquela época em dadas particularidades que caracterizavam a inserção de cada sociedade no desenvolvimento capitalista. Conforme Castro (1884), Yamamoto; Carvalho (1982), Martinelli (1983), Netto (1996), Richmond (1950) e Verdès-Leroux (1986), já em sua origem o Serviço Social foi configurado para ocupar espaços gradativamente criados pelo Estado burguês em aliança com o setor privado e/ou com instituições confessionais, de modo a viabilizar a execução de alternativas mais refinadas no controle social e na reprodução material e imaterial da força de trabalho disponível à exploração pelo capital. Desde então, atribuições, demandas e requisições postas a assistentes sociais têm sido definidas tanto em seus processos formativos quanto pelas condições concretas do exercício profissional no mercado de trabalho. Portanto,

Esse perfil recebe os influxos das transformações societárias, oriundas da reestruturação produtiva, do tipo de Estado e de suas formas de intervenção para o enfrentamento da chamada “questão social”, da sociabilidade que se conforme no espírito desse tempo histórico. (GUERRA, et al, 2016, p.4)

A consciência adquirida por parcela significativa da categoria profissional no Brasil acerca do lugar contraditório em que o serviço social está inserido – aquele definido pela mediação de interesses de classe divergentes e em embates constantes – tem suscitado entre nós preocupações ainda maiores ante aos desdobramentos das últimas crises estruturais do capitalismo, desde os anos de 1970. Afinal, os processos de reestruturação produtiva, fomentados por setores dominantes das economias internacional e brasileira para superar os impactos daquelas crises, impulsionaram a mundialização do capital, aguçando as expressões da questão social. Evidenciam-se, ainda mais, a precarização das relações e das condições de trabalho, a pauperização, a perda de direitos socialmente conquistados e o recuo das responsabilidades do Estado na reprodução ampliada da força de trabalho.

Mota (2018) problematiza tais alterações apoiada em estudos de outros autores que também enfocam o tema. Ao tecer suas próprias reflexões, a autora parte das

contribuições de Harvey (2004). Buscando desvendar as dinâmicas do capitalismo contemporâneo, o autor vai identificar novas estratégias mobilizadas para valorização do capital que atualizam e ampliam a expropriação dos meios de vida da classe trabalhadora, gerando o que denomina *acumulação por espoliação*. Para ele, a espoliação social, sobretudo na medida em que alcança o campo dos direitos sociais, se coloca como marca do *novo imperialismo*. Para Mota, é justamente a unidade entre *exploração* e de *espoliação* que, no contexto atual, “[...] amplia a superexploração do trabalho nos países periféricos e dependentes [...]” (MOTA, 2018, p.171) e permite a dinamização de novas possibilidades de *expropriações*, no termos da categoria teórica definida por Fontes (2011). Conforme a primeira autora, para atender às novas exigências de acumulação impostas pelo capital, a exploração do trabalhador se amplia de forma direta e indireta:

No primeiro caso, pela precarização do trabalho com aumento da produtividade, empobrecimento e desgaste físico dos trabalhadores; em segundo lugar, por desmontar qualquer ilusão da cidadania fordista quanto ao atendimento das necessidades sociais e de reprodução material, social e cultural do trabalhador e de suas famílias [...] (MOTA, 2018, p. 171).

Confirmamos, assim, que os horizontes da democracia burguesa se tornam ainda mais exíguos pela combinação de novos mecanismos de exercício do poder a antigas táticas, agora reeditadas e mais eficientes. Como afirma Mészáros,

[...] o sistema do capital, como um modo de controle reprodutivo societário, deve seguir a qualquer custo sua própria lógica, correspondente a suas determinações estruturais objetivas. A direção auto-expansiva do capital não pode refrear a si mesma em virtude de alguma consideração humana [...] (MÉSZÁROS, 2008, p. 19)

É exatamente na realidade concreta de materialização desta dinâmica que assistentes sociais irão mediar o acesso da população a serviços, benefícios e direitos sociais, se deparando com a engrenagem funcional dos mecanismos de dominação historicamente (re)articulados para promover a anulação de sujeitos e garantir a sobrevivência do modo de produção capitalista. No item a seguir pontuamos alguns aspectos sobre os quais consideramos relevante refletir.

3 ANULAÇÃO DE SUJEITOS EM ESPAÇOS SOCIO-OCUPACIONAIS

Os argumentos apresentados no item anterior nos permitem afirmar que a atualização de pactos e procedimentos diversos voltados à máxima valorização do

capital aumentam, cada vez mais, a distância entre a sociabilidade burguesa e qualquer perspectiva real de emancipação humana. A reversão desta engrenagem no bojo da sociedade vigente se deve justamente à organicidade dos distintos elementos articulados no processo sociometabólico que a sustenta. Por exemplo, não podemos esquecer que parcela significativa dos dispositivos que mantêm o sistema em curso está respaldada na legalidade que esta mesma relação dominante engendra. Assim, “[...] as instituições jurídico-políticas não apenas mantêm as formas sociais da ordem burguesa, como também acirram as formas repressivas que o momento econômico-político exige.” (GUERRA, et al, 2016, p. 9)

É nesta legitimidade, por vezes mobilizada de forma distorcida e hipertrofiada, que segmentos sociais dominantes se respaldam para desqualificar, burocratizar, cooptar e criminalizar sujeitos e movimentos sociais interpostos à ordem vigente. Tais práticas têm sido cruciais para anular a dimensão política intrínseca às disputas entre distintas *visões sociais de mundo* (LÖWY, 2013), padrões de comportamento e projetos societários. Com ataques expressivos à perspectiva do respeito à diversidade, tanto em ambientes institucionais quanto fora deles, a prevalência de condutas arbitrárias, conservadoras, preconceituosas e autoritárias impelem tais diferenças ao terreno do confronto. Não raramente, combinam para isso antigas práticas de coerção (incluindo o uso abusivo da força) a novos parâmetros de espoliação, sobretudo quando as situações ocorrem em espaços referenciados para o acesso a serviços e direitos sociais em geral.

Quando ocorrem nos espaços socio-ocupacionais onde atuam assistentes sociais, estes cenários são frequentemente atravessados por embates entre projetos político-institucionais definidos em campos de concepções antagônicas que, desde a promulgação da Constituição de 1988, divergem sobre a estruturação legal e a própria implementação das políticas sociais públicas, com rebatimentos nas relações do trabalho profissional. Em linhas gerais, Iamamoto (2011) indica posições discrepantes quanto à defesa da efetivação de direitos sociais universais, da mercantilização de direitos e da (re)filantropização do atendimento às demandas e necessidades sociais. Embora nosso artigo não adentre este debate, entendemos que alguns dos elementos que o perpassam estejam articulados às ocorrências que pontuaremos a seguir. Antes de avançarmos, entretanto, vale uma ressalva: as situações que aqui trazemos não foram mapeadas a partir de levantamentos pautados em parâmetros metodológicos tradicionais e rigorosos de pesquisa. De fato, elas constituem apontamentos e

registros que já há algum tempo vêm sendo feitos nas oportunidades de nossa participação em debates ocorridos nos espaços acadêmicos (conferências, mesas redondas, rodas de conversa e, sobretudo, em aulas de distintas disciplinas), enfatizando o exercício profissional, especialmente. Pela riqueza contida nestas referências, consideramos pertinente trazê-las como objeto de reflexão.

Num primeiro plano, observamos que, em geral, tais relatos remetem a experiências vividas em instituições destinadas ao atendimento da população, através de serviços e políticas sociais diversas. Por sua própria natureza pública, em ampla maioria, buscam refletir a imagem da sociedade brasileira que as regula. Nesse sentido, propalam a igualdade burguesa, a democracia racial e o reconhecimento dos direitos de cidadania. Como, à luz do debate marxista, já conhecemos os limites intrínsecos à essência desses valores e da própria democracia em curso no Brasil (considerada não só a dimensão política, mas também social, cultural e econômica que a integra), não nos surpreendem as dificuldades concretas vividas pela população ao tentarem garantir o atendimento de suas demandas, frequentemente agravadas pela banalização de distintas formas de discriminação e violação de direitos.

Para avançarmos na problematização que nos interessa, destacamos 5 tipos de situações mais frequentemente sinalizadas: a) discriminação em atendimento pelas condições de higiene do/a usuário/a; b) discriminação em atendimento por preconceito de cunho moral; c) discriminação em atendimento por preconceito de gênero; d) discriminação em atendimento por preconceito racial; e) não inclusão das informações sobre gênero e cor/raça/etnia em registros e levantamentos do perfil de usuários vinculados aos programas e/ou projetos da instituição.

Embora cada uma das situações mereça atenção e análises aprofundadas, nossa abordagem se concentra a partir de um único foco que, em linhas gerais, atravessa todas elas e nos remete de volta ao eixo inicial deste artigo: os desafios estruturais reproduzidos no exercício profissional de assistentes sociais e que, por invisibilizarem os embates entre classe, raça e gênero somam-se a outros obstáculos à garantia da emancipação humana. A frequência com que tomamos conhecimento de relatos que refletem algum dos 5 tipos de discriminação e violação de direitos acima destacados coloca em evidência que o racismo e o patriarcado, estruturalmente articulados na sociabilidade burguesa, permanecem arraigados aos espaços institucionais, colocando as pessoas mais pobres, negras e com identidades de gênero não-binárias em lugar de invisibilidade. Como o acesso a direitos não restringe

seus efeitos ao espaço institucional, posto que os desdobramentos desta condição transbordam para todas as esferas da vida do ser social, tal invisibilidade também se alastra, comprometendo diversas dimensões da vida das pessoas que tiveram seus direitos usurpados. Isso ultrapassa, ainda a dimensão individual porque, sendo tal negação validada pelo escopo das próprias políticas sociais, a invisibilidade continuará a ser reproduzida, espoliando amplos e distintos grupos sociais.

A esta altura de nossas reflexões, consideramos importante mais um alerta. A reiterada afirmação de que “na prática, a teoria é outra” poderia requerer aquelas ocorrências como prova de sua veracidade. Afinal, a importância de atentarmos para a vinculação estrutural do racismo (ABEPSS, 2019) e do patriarcado (ABEPSS, 2014) na processualidade da formação sócio-histórica brasileira e a reorientação das diretrizes curriculares para uma formação profissional crítica, nessas bases, são esforços que, aparentemente, não refletem no cotidiano de assistentes sociais.

Nossa avaliação sustenta justamente o posicionamento oposto. Na medida em que racismo e patriarcado se vinculam estruturalmente à ordem burguesa e alimentam todas as formas de dominação por ela engendradas, a tendência é que os espaços da atuação profissional se configurem, sim, como arenas em disputa por distintas bases normativas e de valores. Se, de fato, podem ali se manifestar as fragilidades oriundas de um processo formativo pouco consistente ou mesmo possamos encontrar profissionais convictos de suas posturas conservadoras, ainda que antiéticas, tais possibilidades não devem ser generalizadas ou tomadas como regra, posto que reconhecemos o peso da correlação de forças desfavorável à superação de séculos firmados em múltiplas formas de dominação, subordinação e exclusão.

De todo modo, reafirmamos com suporte nesta análise que nos encontramos diante da urgência de superarmos abordagens imediatistas e individualizadoras sobre as condutas profissionais. Ao contrário, devemos aprimorar nossas propostas e metodologias para ampliarmos a construção de alternativas, conhecimentos, protocolos, habilidades e valores profissionais coletivamente debatidos, que possam melhor respaldar as ações de assistentes sociais frente às demandas e às requisições que lhes são apresentadas. Assim poderemos reforçar as referências em fundamentos teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político críticos e consistentes, capazes de contribuir para a superação dos padrões de exploração e espoliação aprofundados na ordem vigente, em direção à efetiva emancipação humana.

Para finalizarmos, lembramos que, ao enfrentarmos dentro e fora dos espaços de atuação profissional os desafios postos à desconstrução de preconceitos, estereótipos e reducionismos que sustentam perspectivas discriminatórias e excludentes, avançamos na elucidação dos mecanismos estruturais que as produzem como resultantes de uma mesma totalidade, em que se conectam modo de produção, formação social, econômica e política em nossa sociedade. Assim, poderemos melhor compreender como, ao longo do seu desenvolvimento, a ordem capitalista tem (re)articulado distintas formas de exploração, dominação e opressão, como elas se tornaram e se reafirmam como visceralmente constitutivas das relações sociais nesta e noutras sociedades, como garantem a sobrevivência desta ordem, apresentada como “norma definitiva e universal” (LANDER, 2005). Só a partir deste movimento tal ordem poderá ser amplamente desvelada e superada.

4 CONCLUSÃO

Os argumentos desenvolvidos neste artigo foram provocados por observações e questionamentos frequentemente compartilhados em espaços acadêmicos, sobretudo em debates realizados durante as aulas de distintas disciplinas voltadas à formação profissional de assistentes sociais. Não raramente, temos observado que a baixa qualidade do atendimento realizado nas instituições públicas responsáveis pelo acesso a políticas sociais diversas é atribuída à falta de recursos ou às insuficiências técnico-administrativas nas decisões governamentais que, por décadas, aprofundam a retirada direitos sociais adquiridos e impõem restrições ao reconhecimento de novos direitos em escala ampliada. Porém, como vimos, os sucessivos cortes de orçamentos que inviabilizam a efetivação dos princípios de universalização de direitos e do exercício da responsabilidade pública na mediação das contradições capitalistas – conforme indicados na Constituição Federal de 1988 – não derivam da propalada necessidade de ajuste fiscal, mas de escolhas políticas para reiteradamente favorecer as demandas do capital, preterindo outras de natureza social. Deste modo, as políticas neoliberais promovem a mercantilizam direitos civis, sociais e políticos.

O acirramento das contradições provocadas pelas dinâmicas daí decorrentes se evidencia também nas correlações de forças presentes nos ambientes institucionais, conforme as disputas por poder em que se assentam as relações sociais capitalistas, em distintos contextos. Mesmo assim, é no confronto vivenciado

cotidianamente nos espaços sócio-ocupacionais que precisaremos escolher entre reproduzir acriticamente padrões institucionais conservadores, integrados ao processo sociometabólico do capital, ou construirmos resistências aos contínuos processos voltados à invisibilização/anulação de sujeitos, assentados na conjunção estrutural de capitalismo, racismo e patriarcado na sociedade brasileira.

A pertinência de ampliar debates sobre tais conexões se reafirma tanto para que possamos alcançar profissionais que vivenciam cotidianamente este tensionamento nos espaços de trabalho onde atuam, quanto para aprofundarmos a compreensão das mediações aí envolvidas pelo público que integra os espaços acadêmicos, equivocadamente suposto como consciente daquelas determinações. Reconhecemos que a complexidade do tema exige tanto a ampliação quanto o aprofundamento de estudos. Esperamos, contudo, que os apontamentos trazidos aqui contribuam para superar perspectivas reducionistas sobre as condutas profissionais, estimulando futuros debates visando à emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, ABEPSS, v. 18, n. 36, p. 422–434, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2018v18n36p422-434>

ABEPSS. GTP em serviço social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades. **Temporalis**, Brasília, ABEPSS, v.14, n. 27, p. 233–241, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2014v14n27>

BASTOS, Maria Durvalina Fernandes. Divergências político-ideológicas no processo de profissionalização do Serviço Social nos Estados Unidos. **Serviço Social e Sociedade**, nº 27, São Paulo: Cortez, 1988.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez/CELATS, 1984.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FONTES, Virgínia. Expropriações contemporâneas: um primeiro debate teórico. In: ALIAGA, Luciana; AMORIM, Henrique; MARCELINO, Paula (Orgs.). **Marxismo: teoria, história e política**. São Paulo: Alameda, 2011.

GUERRA, Yolanda et al. Atribuições, competências, demandas e requisições: o trabalho do assistente social em debate. Mesa temática coordenada: Fundamentos do trabalho do/a assistente social no contexto de reconfiguração das políticas sociais

no Brasil. In: **XV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL**. ABEPSS/ ENPESS, Ribeirão Preto – São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/guerra-e-outros-201804131237474299190.pdf>

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez/CELATS, 1982.

IASI, Mauro Luís. **Consciência e ideologia: para além dos muros de pedra (ensaios)**. São Paulo: Cortez, 2022.

_____. **O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência**. São Paulo: Viramundo, 2014.

LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Argentina, 2005.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico. **Política e Sociedade**, nº 13, outubro de 2008.

MOTA, Ana Elizabete. Expropriações contemporâneas: hipóteses e reflexões. In: BOSCHETTI, Ivanete (org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília, ABEPSS, n.3, p. 41-49, jan/jul. 2001.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

RICHMOND, Mary Ellen. **Diagnóstico Social**. Tradução Dr. José Alberto de Faria. Lisboa: Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge, 1950.

VERDÈS-LEROUX, Janinne. **Trabalhador Social: prática, hábitos, ethos, formas de intervenção**. Tradução Renê de Carvalho. São Paulo: Cortez, 1986.